http://journal.unoeste.br/index.php/ch
DOI: 10.5747/ch.2023.v20.h547
ISSN on-line 1809-8207

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES

Ao longo do século XXI a educação brasileira, sobretudo no campo das políticas educacionais e da formação de professoras/es tem explicitado a disputa em torno de um projeto educativo, o qual tem se materializado na regulação, na padronização curricular, nas avaliações em larga escala, e em práticas educativas antidemocráticas que impedem o planejamento intencional e sistematizado nos diferentes níveis de ensino. Assim, este dossiê apresenta o resultado de pesquisas que, ora transitam pelo campo das políticas educacionais, ora pela formação de professores ou, ainda, pela dialeticidade entre ambos conceitos analíticos.

O dossiê se constitui como mais um espaço para socialização da produção qualificada de conhecimentos na e para a área de Educação, tendo como base distintas perspectivas teórico-epistemológicas. Inúmeros pareceristas do país contribuíram com a análise dos textos encaminhados, os/as quais atentaram-se ao rigor conceitual e analítico das propostas, dimensão necessária à consolidação das atividades desenvolvidas pela Revista Colloquium Humanarum. Inclusive, os dez textos aprovados e publicados, são oriundos de quatro regiões do Brasil e de Moçambique.

No artigo "**A atuação dos aparelhos privados de hegemonia do empresariado e dos seus intelectuais orgânicos no processo de elaboração da BNC - Formação Inicial"**, Giovanna Kambetunava Rosa, Simone Sandri, Amanda Melchiotti Gonçalves e Isaura Monica Souza Zanardini, pesquisadoras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), analisaram a atuação dos aparelhos privados de hegemonia e dos seus intelectuais orgânicos na elaboração da BNC - Formação inicial de professores/as. Por meio da abordagem qualitativa, com base em pesquisa documental e bibliográfica, contemplaram discussões acerca da Reforma do Estado e como as implicações resultantes do processo de reestruturação produtiva influenciam no desenvolvimento da atual política de formação inicial de professores/as, materializada a partir do Parecer CNE/CP nº 22/2019 e da Resolução CNE/CP nº 2/2019. Constataram que a BNC - Formação inicial de professores/as atende a concepção gerencial de formação, oriunda da lógica mercantil, a qual está sustentada numa estrutura voltada para o controle e produção de resultados.

O artigo "**Ruptura: discussões em torno das políticas educacionais públicas brasileiras para um currículo vivo antirracista**", de autoria de Rosa Maria Rodrigues Barros e Teresa Kazuko Teruya, pesquisadoras pertencentes à Universidade Estadual de Maringá (UEM), contribui para a compreensão das interconexões entre o currículo, a decolonialidade e a docência. Para tanto, as autoras recorreram aos documentos que influenciam as políticas educacionais brasileiras, no que se refere à constituição do currículo e da formação docente, a exemplo da Base Nacional Comum Curricular, da BNC - Formação e da

Declaração de Incheon. Além disso, por meio da série "Ruptura", que representa uma crítica ao desligamento das relações interpessoais da vida cotidiana em detrimento do trabalho e demandas do capital, identificaram a superficialidade presente nos discursos das políticas públicas educacionais, as quais reverberam na formação docente e no currículo. Tais discursos não atendem a inclusão dos grupos minoritários, nem a diminuição dos distanciamentos provocados pelas desigualdades socioeconômicas e a desconstrução do racismo estrutural, diametralmente contribuem para a propagação de apagamentos culturais em atendimento a um currículo colonial.

Em "**Os motivos políticos para a incorporação dos cursos de licenciatura nos Institutos Federais de Educação**", Adriana Valeria Barreto de Araújo e Liliane Barreira Sanchez, pesquisadoras, respectivamente vinculadas ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), traçaram reflexões e discussões acerca das políticas educacionais neoliberais para formação de professores/as, engendradas a partir de década de 1990, a fim de compreender as relações que se estabelecem entre essas políticas e os motivos que determinaram a obrigatoriedade legal da oferta de cursos de licenciatura nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF). A abordagem utilizada na investigação foi a de natureza qualitativa, realizada por meio de pesquisa documental e bibliográfica. Os resultados demonstraram que, para além da justificativa de suprir a carência de professores no Brasil, que é um problema histórico e estrutural, inclusive na própria Rede Federal, há uma motivação clara de atender e atingir metas exigidas pelos organismos internacionais, dentre os quais, o Banco Mundial (BM) exerce destaque. Destarte, os cursos de formação de professores/as ofertados nos IF, em grande parte, possuem um ensino instrumental, centrado na racionalidade técnica, em função de que ainda há docentes atuando nas licenciaturas sem possuírem formação pedagógica e também pelo fato de que os IF, na sua essência, são instituições de ensino profissionalizante.

Em continuidade, no texto "**Política Nacional de Formação de professores: um estudo sobre a evasão no curso de pedagogia**", Letícia Pereira de Sousa e Célia Maria Fernandes Nunes, investigadoras vinculadas à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), analisaram as motivações que culminaram com a evasão de estudantes do curso de Pedagogia, presencial, de uma universidade federal do interior do estado de Minas Gerais. Os procedimentos metodológicos adotados centraram-se na aplicação de questionário *online* no *Google Forms* e na realização entrevistas semiestruturadas via *Google Meet.* Os dados foram analisados a partir de referenciais da Sociologia da Educação, os quais revelaram que, dentre os/as estudantes que não solicitaram apoio da assistência estudantil, o principal fator condicionante da evasão refere-se à incompatibilidade de horários entre o trabalho e o estudo, seguido da mudança de curso. Já dentre os/as estudantes que foram beneficiados com os programas de assistência estudantil, o motivo de maior destaque é o desinteresse pela área de atuação. Tais achados reforçam a importância do papel de políticas de permanência que atuem tanto para o suprimento das condições materiais quanto simbólicas relacionadas à permanência dos/as futuros/as pedagogos/as no Ensino Superior.

Jeferson Eduardo Calixto e Marcos Vinicius Francisco, vinculados à Universidade Estadual de Maringá (UEM), no artigo "**Políticas educacionais e o cooperativismo: conjecturas a partir da proposta do Programa A União Faz a Vida**", a partir dos fundamentos epistemológicos e ontológicos do método do materialismo histórico-dialético, recorreram à análise de documentos contidos no supracitado Programa, de iniciativa da Fundação Sicredi. Trouxeram à tona que nos últimos anos houve uma considerável interferência do setor privado na educação escolar brasileira, tendo como consequência a descaracterização da função do Estado na execução direta das responsabilidades sociais com a educação pública. No contexto educacional as iniciativas privatistas se intensificaram, o que caracteriza a responsabilização direta mediante a dimensão privatizante da oferta educacional, da gestão e do currículo. O Programa A União Faz a Vida transita, neste contexto, como formador e parceiro do Estado, além de atender aos interesses do empresariado e do mercado econômico em distintos municípios brasileiros. A formação para o cooperativismo tem sido o cerne da proposta difundida ao longo dos últimos vinte e sete anos, embora tal dimensão esteja distante de uma perspectiva contra-hegemônica que favoreceria um efetivo processo de apropriação, por parte dos/as estudantes, em termos de objetivações produzidas pela humanidade e que poderiam culminar à emancipação, com vistas à transformação da prática social.

Na sequência, Félix Matias, Felizarda Rafael Amós Ussene e Jonas António Francisco**,** pesquisadores/as moçambicanos, vinculados a instituições de Moçambique, a saber, o Instituto de Formação de Professores de Nampula, a Universidade Academia Militar Marechal Samora Machel, também em Nampula, e o Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade do Ensino Superior, no texto intitulado "**Formação de professores e desenvolvimento intelectual e profissional em Moçambique: contribuições da pedagogia histórico-crítica",** analisaram a formação de professores/as no país mencionado e sua contribuição no pleno desenvolvimento intelectual, profissional e humano. Por meio da análise documental e do levantamento bibliográfico em bancos digitais, identificaram que, apesar de alguns avanços no campo da formação de professores/as, há evidências de limitações/desafios no que concerne a questão do desenvolvimento intelectual, profissional e humano. As concepções pedagógicas que dominam os processos formativos estão vinculadas às teorias pós-modernas, as chamadas teorias do "aprender a aprender", traduzidas em modelos de formação por competências e do/a professor/a reflexivo/a. Este cenário, no entender da pedagogia histórico-crítica, descaracteriza o papel docente e dificulta o cumprimento da função social da escola, já que atende aos interesses do capitalismo, tornando a educação um processo utilitarista.

"**O contexto de atuação dos formadores em licenciaturas em Matemática**", artigo produzido por Alex Ribeiro Batista e Leny Rodrigues Martins Teixeira, pesquisadores/as vinculados/as à Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Presidente Prudente, descreve e analisa o contexto de atuação dos/as formadores/as nos cursos de Licenciatura em Matemática, a partir da percepção dos/as seus/suas docentes. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter analítico-descritivo, entrevistou 17 professores/as formadores/as de dois cursos de Licenciatura em Matemática, sendo nove de uma

instituição pública e oito de uma universidade privada. Os resultados evidenciaram que o contexto de trabalho na licenciatura condiciona uma identidade difusa do/a formador/a e que a possibilidade de um trabalho integrado, fundamental para a superação desse problema, fica comprometida pela ausência de processos formativos e discussões coletivas sobre a proposta dos cursos e avaliação da atuação dos/as formadores/as tendo em vista o perfil de formação de professores/as proposto no projeto pedagógico do curso.

Por meio do ensaio teórico "**Aprendizagem da docência no PARFOR: refletindo a partir de determinações sócio-históricas**", Emanuel Moura Costa e Cristiane de Sousa Moura Teixeira, pesquisadores/as vinculados à Universidade Federal do PIAUÍ (UFPI), analisaram os determinantes sócio-históricos que constituem o processo de aprendizagem da docência em curso de formação de professores/as ofertado pelo PARFOR. A discussão empreendida apoia-se, teoricamente, nas categorias historicidade e mediação, as quais têm fundamento no materialismo histórico-dialético. Os resultados evidenciaram que, ao participarem do PARFOR, os/as professores/as têm a oportunidade de aprender a docência e avançar da condição em que se encontravam anteriormente. Todavia, é inegável que a precariedade das condições de permanência no curso e as condições objetivas e subjetivas dos/s cursistas se relacionam com as significações positivas ou negativas atribuídas à efetividade dessa política para a formação de professores/as no contexto brasileiro.

Marta Campos de Quadros e Yoshie Ussami Ferrari Leite, docentes da Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Presidente Prudente, por meio da pesquisa narrativa "**Saberes profissionais de professores: formação docente que atravessa e é atravessada pela experiência e memória**", compreenderam o papel atribuído pelos/as professores/as narradores/as aos saberes profissionais construídos a partir da formação escolarizada para ser professor/a e a relação que estabelecem com o saber da experiência, implicado na produção de seus saberes profissionais docentes a partir da convivência cotidiana com "seus/suas professores/as", aqueles/as que em vários momentos se apresentam como modelos profissionais na sua forma de atuação no âmbito da escola; mas também através dos trânsitos culturais vivenciados no decorrer da trajetória de vida como lugares de aprendizagem. Concluíram que o processo de formação profissional do/a professor/a se dá simultaneamente nas dimensões individual e coletiva, conjugando experiências e memórias que constituem a sua identidade profissional e o fundamento das suas práticas docentes.

Por fim, no artigo "**Formação de professoras/es e trabalho docente na pandemia: o que dizem os artigos científicos na área da Educação**", Andressa Graziele Brandt, Giovanna de Oliveira Martin-Franchi e Nadja Regina Sousa Magalhães, investigadoras do Instituto Federal Catarinense (IFC) - *campus* de Camboriú, discutem questões inerentes à educação no contexto da pandemia de Covid-19, especificamente no que concerne às produções científicas em formato de artigo científico que abordaram a temática 'trabalho docente', divulgados no período de abril de 2020 a junho de 2022. A pesquisa, de abordagem qualitativa, baseou-se no estudo bibliográfico, além de adotar como técnicas e instrumentos de pesquisa a

análise documental e a análise de conteúdo para a organização da discussão dos dados. Os resultados indicam a perspectiva do trabalho docente na pandemia pela via do trabalho remoto, bem como a ausência de discussões sobre questões relacionadas à formação continuada necessária e adequada ao trabalho docente remoto.

Estimado/a leitor, reforça-se o convite para leitura dos textos apresentados, sobretudo porque as pesquisas aqui publicizadas ampliam a compreensão de que as políticas educacionais e a formação de professores/as quando envoltas sob a lógica do capital distanciam o gênero humano de qualquer possibilidade de emancipação. Por conseguinte, conhecimentos como os difundidos neste dossiê precisam ser apropriados e objetivados nos cursos de formação inicial e continuada, em nível superior, de tal forma que atrelados a um projeto de sociedade, auxiliem na mobilização de tudo aquilo que é assumido sem questionamentos e que, muitas vezes, encontra-se cristalizado a partir do senso comum e que impedem a transformação das relações sociais instauradas historicamente nos últimos séculos.

Citam-se as políticas educacionais que, aprovadas nos últimos anos, a partir de uma agenda globalmente estruturada, sob a égide dos organismos internacionais e suas fundações, explicitam os interesses sobressalientes do mercado. Exemplifica-se com a Resolução CNE/CP nº 2/2019, a qual dispõe sobre a BNC - Formação inicial de professores/as e que trará severas implicações para a profissão docente, caso não seja revogada, sobretudo porque vem promovendo um esvaziamento teórico-conceitual nos cursos de licenciatura do Brasil. Nesse ínterim, é apenas por meio da conscientização e posterior mobilização coletiva que será possível promover enfrentamentos aos retrocessos vivenciados no campo das políticas educacionais e da formação de professores/as. Eis o desafio!

Profa. Dra. Érika Porceli Alaniz - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
Prof. Dr. Marcos Vinicius Francisco - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
(Organizadores)